

# Rios de resistência

Água para a vida, não para o lucro





Este relatório tem como objetivo capturar a situação atual do movimento internacional de justiça pela água, a fim de fortalecer as lutas por sistemas de água públicos e comunitários. Isso emerge em um momento em que as crises hídricas estão aumentando em muitas áreas, que já são uma crise global. O relatório se baseia em conversações ocorridas na conferência "Nosso Futuro é Público", realizada em Santiago, no Chile, em 2022, e faz parte dos movimentos de resposta crítica e reflexões acerca da Conferência sobre a Água da ONU de 2023.

**DATA** maio de 2023

**ILUSTRAÇÕES** Paz Ahumada Berríos

**INICIATIVE DE TRADUÇÃO** Ondas

**DESIGN** Ivan Klisurić / ivanklis.studio

**TRADUÇÃO** Álvaro Queiruga

**COORDENAÇÃO** Lavinia Steinfors, Transnational Institute

---

*Este relatório é uma publicação conjunta do Instituto Transnacional (TNI), da Plataforma para Acordos Públicos Comunitários das Américas (PAPC), da Associação Catalã de Engenharia Sem Fronteiras (ISF), do Projeto Planeta Azul e da Corporação Ecológica e Cultural Penca de Sábila.*

*O conteúdo deste relatório pode ser citado ou reproduzido para fins não comerciais e desde que a fonte da informação seja devidamente reconhecida. O TNI gostaria de receber uma cópia ou link para o texto em que este documento é usado ou citado. Observe que algumas das imagens deste relatório podem estar sujeitas a outras condições de direitos autorais, nos termos da fonte original. <https://www.tni.org/en/copyright-creative-commons-licence>*

## Conteúdo

Introdução	3
O Movimento Global pela Justiça da Água	5
O Contexto: Fundos Privados para o Resgate?	9
Nossas lutas: Resistência e alternativas	9
Epílogo: O futuro é a água	14
Nossas Demandas	16
Notas	19



*“Tudo começa com a água porque somos água”.*

## Introdução

No final do século passado e início do atual, movimentos, comunidades organizadas e trabalhadores se uniram contra as forças que buscavam mercantilizar a água, comercializar e privatizar sua gestão e abastecimento. A cidade boliviana de Cochabamba foi o primeiro lugar onde a privatização foi revertida, em 2000, e onde a empresa privatizada foi devolvida às mãos públicas. Em 2004, o Uruguai foi um dos primeiros países a alterar sua Constituição para proteger a água da privatização.

Movimentos da África, das Américas, da Ásia e da Europa uniram-se em espaços já existentes e formaram novas redes para construir um movimento global por justiça hídrica e compartilhar experiências, manter solidariedade uns com os outros e lutar em todo o mundo. Entre outras vitórias, em julho de 2010 esse movimento conseguiu que a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovasse uma resolução reconhecendo os direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário. Também se iniciou a remunicipalização dos serviços de água em vários países, devolvendo o abastecimento de água e o esgotamento sanitário ao controle público, e construindo visões e mecanismos alternativos de apoio às lutas para proteção e defesa da água pública.

Com o tempo, o movimento das águas aprendeu que defender a água pública e devolver os serviços às mãos públicas não era suficiente, e começou a se concentrar também em democratizar e melhorar os serviços públicos de água. Parcerias entre sistemas comunitários de água e esgotamento sanitário e empresas públicas progressistas desempenharam um papel fundamental nesse esforço, aproveitando a experiência e os recursos de ambos para fortalecer alternativas democráticas de gerenciamento de ecossistemas e serviços de água para a vida, e não para o lucro. No processo, uma ampla variedade de sistemas de água, lutas e organizações, incluindo comunidades rurais, campesinas e indígenas, trabalharam para ampliar, revitalizar e expandir o alcance do movimento pela água.

No entanto, as empresas que lucram com a água desenvolveram novas táticas e estratégias para ampliar a participação privada no setor. Em particular, conseguiram capturar instituições internacionais de governança da água para fazer avançar sua agenda pró-privatização. Hoje, o desenvolvimento econômico extrativo e as mudanças climáticas ameaçam os sistemas de água do mundo, enquanto bilhões de pessoas permanecem sem acesso à água potável segura e ao esgotamento sanitário. Apesar do fracasso sistemático das "soluções" de mercado, que muitas vezes estão escondidas sob a linguagem das "parcerias", a governança da água e instituições voltadas para o desenvolvimento sustentam que a única maneira de enfrentar esses desafios é continuar a privatizar e financeirizar<sup>1</sup> a água em todas as suas formas.

O movimento global pela justiça da água continua se organizando diante dessas ameaças e lutando contra as crescentes desigualdades socioeconômicas que restringem o acesso à água com base em gênero, raça, classe e outras formas de opressão. Essas lógicas também diferenciam os impactos e as

consequências da mudança climática e dos desastres relacionados, a maioria dos quais envolve a água e afeta desproporcionalmente as populações do Sul, que são tanto as menos responsáveis pelas emissões de gases de efeito estufa e as menos capazes de se adaptar, devido ao colonialismo e ao imperialismo.

O trabalho cotidiano de organização, para proteger, defender e desenvolver ecossistemas e serviços público-comunitários de água para toda a população é uma carga de trabalho que recai esmagadoramente sobre as mulheres.<sup>2</sup> O movimento da justiça pela água concentra-se na dimensão de gênero e cuidado que também lidera e sustenta as lutas contra a privatização e a financeirização. As defensoras da água continuam a desenvolver e usar críticas feministas a esses processos e trabalham para identificar e impedir a reprodução das desigualdades de gênero dentro dos próprios movimentos e organizações da água. Isso constitui tanto a primeira linha de resistência quanto o alicerce sobre os quais as alternativas são construídas.

De 29 de novembro a 2 de dezembro de 2022, movimentos e organizações sociais progressistas de todo o mundo se reuniram, presencial e virtualmente, na conferência "Nosso Futuro é Público", realizada em Santiago, Chile, para compartilhar, debater e fortalecer as lutas pelos serviços públicos e o papel essencial que eles desempenham em nossas sociedades e devem desempenhar em nosso futuro. Após dois anos de restrições pandêmicas, a conferência proporcionou ao movimento global por justiça hídrica uma oportunidade de renovar nossa troca de experiências e concepções; participar de análises e debates; elevar a consciência crítica; construir novas relações e fortalecer as alianças existentes; reforçar a dinâmica política em torno da importância da gestão e dos serviços públicos e democráticos de água; e revisitar a noção de "público", explorando formas alternativas de gestão da água.

Este relatório pretende refletir a situação atual do movimento da água. Ele emerge em um momento em que as crises hídricas estão aumentando em muitas áreas e que já é uma crise global. Ocorre ainda no momento em que se intensifica a captura por empresas privadas (conhecida como captura corporativa) da governança da água, bem como novas formas de privatização e financeirização se intensificam, como evidenciado na Conferência da Água da ONU, realizada em março de 2023 em Nova York. Embora essas dinâmicas ameacem a substância vital da qual toda a vida depende, "somos um rio de resistência" que busca proteger e defender a água pública e comunitária para todas e todos.

## O Movimento Global da Justiça pela Água

*“Somos um rio de resistência.”*

O movimento global da justiça pela água surgiu a partir do Segundo Fórum Mundial da Água em Haia, Holanda, em 2000, e nos anos seguintes tem sido ativamente organizado para abordar e desafiar a governança empresarial global da água. Essa rede informal é composta por diversas organizações de sociedades de todo o mundo, como comunidades rurais e (peri)urbanas, trabalhadores e sindicatos, camponeses, povos indígenas, feministas, grupos religiosos, ambientalistas, ativistas de direitos humanos e acadêmicos e pesquisadores.

Os numerosos grupos baseiam-se em uma gama diversificada de abordagens para se envolver em relações hidrossociais locais e internacionais, incluindo trabalhar contra, dentro e além da governança da água estabelecida. Suas lutas confrontam as forças do capitalismo patriarcal, racista, extrativista, colonial e imperialista de diversas formas, e acontecem em diferentes territórios, ecologias e naturezas. Eles mobilizam e adaptam criticamente diferentes concepções da água como um bem comum, bem público, direito humano, substância da vida e essência espiritual, entre outros, para lutar pela justiça da água em várias escalas: local, subnacional, nacional, regional e global.

O movimento construiu uma profunda rede de relações translocais de solidariedade e troca que tem sido fundamental para proteger, defender e expandir os recursos e serviços hídricos<sup>3</sup> sob controle democrático. Tem desempenhado papel fundamental no movimento global de remunicipalização, sob o qual, a partir de março de 2023, 339 serviços públicos de água anteriormente privatizados foram devolvidos ao controle público ou novos serviços públicos de água foram criados.<sup>4</sup> Também vem apoiando parcerias existentes e emergentes de redes de operadores comunitários, público-públicos e público-comunitários, e se envolvido com movimentos progressistas mais amplos. Organizações locais, nacionais e regionais fortes e sustentáveis vêm contribuindo para a rede global de justiça da água crescer em tamanho e força ao longo de sua história de vinte anos.

No âmbito internacional, o movimento teve seus altos e baixos em torno de várias iniciativas, desde liderar a campanha pela adoção do direito humano à água e ao saneamento pela ONU, em 2010, até organizar os Fóruns Mundiais Alternativos da Água a cada três anos. O objetivo dos Fóruns Alternativos é gerar uma alternativa concreta aos Fóruns Mundiais da Água oficiais organizados pelo Conselho Mundial da Água, porta-voz das corporações transnacionais de água e do Banco Mundial, que falsamente afirma ser o líder da governança global da água. O movimento organizou uma série de Fóruns Alternativos, incluindo os de Florença em 2003, Istambul em 2009, Marselha em 2012, Brasília em 2018 e Dakar em 2022, além de reuniões em vários Fóruns Sociais Mundiais.

No Fórum Alternativo de 2022 em Dakar, Senegal, havia o desejo de encontrar uma sede mais permanente para o movimento global defender ativamente e sistematicamente a justiça hídrica, em vez de apenas reagir ao Fórum Mundial da Água a cada poucos anos. Essa foi a inspiração para o Fórum Popular pela Água (PWF), formado em 2022 para manter e aprofundar relações globais e

translocais de solidariedade em torno de lutas contra a privatização e por alternativas democráticas para alcançar justiça hídrica para todas e todos. O movimento global por justiça hídrica continua a se unir e se desenvolver por meio do PWF, trocando conhecimento e tomando ações coletivas.

#### QUADRO

### Rede Africana para a Justiça da Água

As comunidades em toda a África estão lutando diariamente para acessar a água no contexto de sistemas de água mercantilizados, poluídos e escassez induzida pela seca.<sup>5</sup> As ameaças aos recursos e serviços hídricos do continente incluem a grilagem de terras e água, a poluição industrial<sup>6</sup> e outras tendências históricas e emergentes de privatização e financeirização da água.<sup>7</sup> Grandes corporações transnacionais de água identificaram recentemente África como uma fronteira fundamental para o crescimento do seu investimento, e os governos nacionais, incentivados por instituições financeiras internacionais, estão cada vez mais a recorrer a parcerias com o setor privado para gerir os recursos hídricos e prestar serviços.<sup>8</sup>

Movimentos em todo o continente há muito se organizam para combater essas ameaças. Por exemplo, desde 2014, uma série de tentativas apoiadas pelo Banco Mundial de privatização da água em Lagos, Nigéria (incluindo esforços para legislar o apoio à privatização da água) foram derrotadas por uma ampla coalizão, que conseguiu construir o poder da sociedade em torno da campanha "Nossa Água, Nosso Direito".<sup>9</sup> Na África do Sul, Quênia, Senegal e outros países, os movimentos continuam a lutar contra a privatização e a financeirização,<sup>10</sup> e lançaram a Rede Africana de Justiça da Água (AWJN) no Fórum Mundial Alternativo da Água de 2022, em Dacar.<sup>11</sup> Para a AWJN, que reúne organizações regionais, nacionais e subnacionais de justiça pela água de todo o continente, "a água é um patrimônio comum e um direito universal, e não para o lucro, nem para privatização!"<sup>12</sup>

## O Contexto: Fundos Privados para o Resgate?

*“As empresas estão comprando a alma das pessoas.”*

Mais de 90% dos gastos com água foram e continuam sendo públicos.<sup>13</sup> Nos países onde o fornecimento universal de água e saneamento foi alcançado, serviços de água e o saneamento têm sido amplamente financiados e prestados pelo setor público,<sup>14</sup> e a tendência para a remunicipalização (ou seja, a devolução de serviços anteriormente privatizados aos operadores públicos) está crescendo.<sup>15</sup> Enquanto isso, comunidades trabalhadoras rurais, camponesas e (peri)urbanas, mal servidas por serviços públicos e privados, continuam suas tradições históricas de construção de infraestrutura para gestão e abastecimento de água.<sup>16</sup> Essa herança se expressa hoje no número incontável de organizações que fornecem água para inúmeras pessoas ao redor do mundo, o que é outra forma de gestão pública.

Apesar da narrativa generalizada sobre a eficiência do setor privado, as companhias privadas de água não superam as públicas, mesmo com base em suas próprias medidas de eficiência técnica e financeira, e o financiamento privado é virtualmente sempre mais caro do que o financiamento público.<sup>17</sup> Quaisquer eficiências (leia-se: lucros) usadas para pagar prêmios e favorecer o bolso dos acionistas são alcançadas principalmente minando as condições de trabalho, demissões, a redução da qualidade do serviço e o aumento das tarifas. Em termos de eficiência social e ambiental, o setor privado também não investe adequadamente para manter a infraestrutura essencial, evitar vazamentos ou estender os serviços às comunidades mais necessitadas, mas com menor capacidade de pagamento. O setor prefere usar tecnologias e tarifas punitivas de restrição hídrica para gerenciar a demanda e vender infraestrutura cara e suja às autoridades públicas para reforçar a oferta, como usinas de dessalinização, o que agrava as desigualdades hídricas. Por fim, o sigilo corporativo dificulta a obtenção das informações necessárias para monitorar e contestar os serviços privatizados, resultando na perda da supervisão democrática, da transparência e da prestação de contas.<sup>18</sup>

Apesar dessa realidade e do corpo de evidências avassalador, que apontam para o fracasso de todas as formas de privatização da água,<sup>19</sup> a austeridade que se prolongou e normalizou durante a longa recessão iniciada em 2009 e as múltiplas crises contemporâneas (econômica, climática, saúde pública, desigualdades e conflitos) vêm limitando o financiamento público dos serviços públicos em geral, e água em particular. Nesse contexto, os processos de privatização iniciados há décadas e a captura corporativa da governança hídrica tem encontrado espaço para crescer.

*“Arrasam outros territórios, não os próprios.”*

Nesse período, a governança global da água e instituições de desenvolvimento multilaterais, como o Conselho Mundial da Água e o Banco Mundial, empresas privadas de água, como as gigantes francesas Veolia e Suez (agora fundidas), e países doadores do Norte, como França, Holanda e Reino Unido, que têm interesse em apoiar essas transnacionais, vêm reconfigurando sua estratégia orientada para o mercado, por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. O investimento público estrangeiro e interno no desenvolvimento do Sul está estagnado e canalizado para mobilizar e subsidiar

o financiamento privado para suprir a lacuna de financiamento dos ODS.<sup>20</sup> Os serviços públicos, como a água, estão no centro dessa privatização e financeirização do desenvolvimento. Estima-se que será necessário um investimento adicional mínimo de US\$ 150 bilhões por ano para atingir as metas 6.1 e 6.2 dos ODS: água e saneamento universais para todos.<sup>21</sup> A infraestrutura hídrica e outros serviços públicos têm sido apresentados como uma oportunidade de investimento para o capital internacional, a ser desenvolvido como uma "classe de ativos" com uma "carteira" de projetos "financiáveis" ou lucrativos, que priorizam o financiamento privado em detrimento do investimento público e os lucros privados em detrimento do bem público.<sup>22</sup>

Essa tendência mundial tem um efeito poderoso sobre a capacidade dos países do Sul de investir em serviços públicos como a água, que requerem investimentos colossais em infraestrutura. A dívida também desempenha um papel importante. Muitos estados do Sul endividados são pressionados a aceitar pacotes de resgate sob a condicionalidade de cortes nos gastos do setor público e medidas de desregulamentação. Isso muitas vezes impulsiona o desenvolvimento extrativista e intensivo em carbono para garantir que os governos tenham a moeda estrangeira necessária para pagar suas dívidas, muitas vezes odiosas.<sup>23</sup>

Fiscalmente limitadas, as corpos governamentais locais são especialmente vulneráveis à captura por forças privatizantes que buscam impulsionar agendas orientadas para o mercado. Embora a privatização total dos serviços de água em geral já não seja tão comum, as parcerias público-privadas, seja nas esferas financeira, de abastecimento ou de gestão, estão se multiplicando. Assim como a privatização direta, elas priorizam a acumulação de capital nacional e internacional em detrimento da acessibilidade financeira e dos investimentos em infraestrutura, limitando em grande parte o controle democrático popular dos sistemas hídricos. O processo muito semelhante de corporativização, em que os serviços públicos são administrados como empresas privadas, também está crescendo. Isso tende a envolver o foco na recuperação de custos, restrições hídricas para gerenciar a demanda e terceirização da produção fornecimento e tratamento de água no atacado até a leitura do medidor.

Nas áreas rurais, a desregulamentação, os acordos de impacto-benefício<sup>24</sup> e as parcerias multiatores, como os "fundos da água", que reúnem recursos financeiros, de governança e de gestão de bacias hidrográficas, abrem caminho para o desenvolvimento agroindustrial e extrativo intensivo em água. Estes enfraquecem o controle local, impulsionam a poluição dos recursos hídricos e, muitas vezes, envolvem a privatização do acesso à água.<sup>25</sup> Esses arranjos muitas vezes dão suporte à extração de materiais necessários para fornecer tecnologias de energia "renovável" para o Norte e, de acordo com aqueles que estão na linha de frente, consultas, brindes para operadores comunitários de água e alegações de "valor compartilhado" são novas formas de "greenwashing" e "bluwashing".

*“As empresas querem nos enganar dizendo: exploramos, mas, não se preocupem, os lucros são compartilhados.”*

Essas dinâmicas se intensificaram durante a pandemia da COVID-19. A resposta do Banco Mundial ao coronavírus buscou financiar e desenvolver serviços públicos como a água por meio de parcerias público-privadas para "facilitar a recuperação econômica".<sup>26</sup> Muitos Estados não tiveram escolha a não ser se adequar: quase 90% dos empréstimos COVID-19 do Fundo Monetário Internacional nos dois primeiros anos da pandemia exigiram austeridade do setor público ou reforma fiscal.<sup>27</sup> O foco no crescimento de curto prazo do Produto Interno Bruto (PIB) esconde os custos muito mais altos que os sistemas de água financiados pelo setor privado impõem ao setor público, onerando as gerações futuras com mais dívida. Essas decisões contradizem argumentos bem fundamentados a favor do controle democrático da gestão dos recursos e dos serviços de água financiados e operados pelo Estado e de propriedade pública. Eles também ignoram os pontos fortes dos operadores públicos e comunitários que foram capazes de responder de forma mais rápida e equitativa às necessidades da população durante a pandemia, minimizando os cortes de água enquanto os recursos domésticos e comunitários diminuíram durante as quarentenas.<sup>28</sup>

Cortes no setor público e serviços privatizados apenas agravam as desigualdades no acesso à água e a outros serviços públicos, com um impacto desproporcional sobre mulheres, pessoas de cor, imigrantes e populações da classe trabalhadora, entre outros. À medida que o mundo emerge da pandemia para enfrentar a crescente desigualdade, a crise climática e os conflitos armados, processos intensificados e remodelados de privatização e financeirização estão cada vez mais submetendo cada vez mais áreas da sociedade e da natureza ao mercado. Os movimentos pela água buscam refinar suas análises dessas lutas, em todo o espectro socioecológico, a fim de identificar aberturas que possam servir como potenciais pontos de entrada para lutas presentes e futuras.

## Nossas lutas: Resistência e alternativas

*“Se escreve água, se lê democracia!”<sup>29</sup>*

Em uma ampla estratégia, de tanto questionar a mercantilização, corporativização, privatização e financeirização, quanto de trabalhar para concretizar alternativas, uma diversidade de práticas e campanhas têm se mostrado efetivas nas lutas pela água. Alguns exemplos:

- Gestão comunitária da água, que está presente em todo o mundo e é particularmente forte na América Latina, incluindo parcerias entre comunidades;
- Parcerias público-públicas entre operadores públicos de água e parcerias público-comunitárias entre operadores públicos e comunitários de água;
- (Re)municipalização — a devolução de serviços públicos anteriormente privatizados aos operadores públicos ou a criação de novos serviços públicos —, o que também reafirma a governação democrática dos serviços por parte dos trabalhadores e usuários;

*“Eles buscam as melhores fontes de água do território e se introduzem nas comunidades, prometem investir pelas comunidades.”*



- Campanhas nos níveis nacional e subnacional para reformar políticas e legislação e impedir iniciativas que promovam privatização e financeirização.

Diálogos críticos sobre formas de organização, gestão e colaboração, direitos e relações entre os seres humanos e entre sociedade e natureza, e a tarefa de gerir e defender os sistemas hídricos e lutar por alternativas orientam o trabalho do movimento internacional pela justiça da água nessas campanhas e lutas.

*“Exigimos respeito à comunidade. Precisamos de reconhecimento pelo que fazemos, pelo nosso processo histórico. Somos a solução para o que o Estado não tem sido capaz de fazer nestes anos.”*

A gestão comunitária da água, especialmente forte na América Latina, é realizada por milhares de organizações em comunidades rurais, camponesas, indígenas e periurbanas em todo o mundo. Essas associações democráticas e participativas são responsáveis pela distribuição de água para suas comunidades, pela conservação e restauração de bacias hidrográficas e pelo cuidado com os mananciais de abastecimento de água. Coletivamente, eles coletam e distribuem água em um território específico, relativamente independente do setor estatal ou privado, trabalhando juntos em parcerias e redes mais amplas. A gestão comunitária da água é uma forma de autogestão coletiva, recíproca e solidária de um bem comum, muitas vezes enraizada em arranjos costumeiros de longa data.<sup>30</sup>

As lutas em torno da gestão comunitária são tão diversas quanto as organizações dedicadas à distribuição de água. Por exemplo, uma iniciativa legislativa da Rede Nacional de Aquedutos Comunitários da Colômbia busca estabelecer uma estrutura legal e política que reconheça a gestão comunitária da água. O mecanismo está atualmente em tramitação no Congresso Legislativo do país e busca estabelecer uma relação clara entre os aquedutos comunitários e o Estado, que reconhece a existência dos aquedutos e o trabalho que realizam e que garante sua autonomia.<sup>31</sup> No Chile, onde os serviços e direitos de água foram privatizados pela ditadura de Augusto Pinochet (1973–1990), os sistemas comunitários de água estão na vanguarda das lutas contra a escassez causada pela extração e pela seca. Sua resistência abrange um amplo espectro de medidas, que vão desde a gestão coletiva dos recursos hídricos até a consideração da água como um direito humano, e a promoção de políticas e legislações estatais progressistas.<sup>32</sup>

*“Estamos em um país atravessado por um Estado subsidiário neoliberal, profundamente extrativista e racista.”*

No entanto, as perspectivas quanto à situação do movimento de justiça da água variam de acordo com diferentes experiências históricas e geográficas de luta. Na prática, as abordagens envolvem desde a colaboração crítica com as concessionárias públicas de água, a remunicipalização, a reforma dos serviços em uma orientação progressiva, até a rejeição de tal colaboração em favor da gestão comunitária da água. As organizações que adotam essa última postura zelosamente guardam sua autonomia e são compreensivelmente cautelosas ou abertamente hostis ao Estado, como um aparato que em muitas sociedades tem sido frequentemente capturado pelo capital ou outras forças regressivas responsáveis pela exploração, expropriação e repressão generalizadas, envolvendo muitas formas de violência.

Isso é especialmente verdadeiro naqueles sistemas alicerçados nas tradições indígenas, que consideram a gestão da água como parte da recuperação de práticas e símbolos culturais, territórios e ecossistemas ancestrais, entre uma multiplicidade de esferas da vida, reconstituindo-se como povos indígenas no processo. Para outras comunidades da linha de frente, os bens comuns abrangem não apenas a água e outros recursos naturais, mas também comunidades que, em interação respeitosa, se dedicam ao cuidado comum de ecossistemas mais amplos e seus habitantes humanos e não humanos. Isso não significa que sistemas de água comunitários relativamente autônomos sejam celebrados acriticamente. Ao contrário, essas formas alternativas de gestão da água também são objeto de consistentes críticas conceituais e práticas, desde a necessidade de melhorar a capacidade técnica ou o desempenho até a melhoria da eficácia socioecológica e da igualdade de gênero nas operações e serviços.<sup>33</sup>

*“A água se fornece de forma solidária”.*

As parcerias entre os serviços públicos e os sistemas comunitários de água são cada vez mais promovidas.<sup>34</sup> Estas "parcerias público-comunitárias" podem ser mutuamente benéficas. As empresas públicas de água, os trabalhadores e seus sindicatos podem oferecer às comunidades uma diversidade de recursos, como conhecimento técnico e solidariedade, que são importantes para se defender dos interesses privados, enquanto se tende a demonstrar a participação e democratização desesperadamente necessárias em muitos operadores públicos de água. Os operadores de água e outras organizações de base comunitária também desempenharam um papel importante nos 339 casos de (re)municipalização da água, que incluem tanto a desprivatização quanto a criação de novos serviços de água, registrados nas últimas duas décadas em todo o mundo.<sup>35</sup>

Por isso, é comum que o movimento da água perceba criticamente a localização e a estrutura organizacional dos sistemas hídricos, mas especialmente do Estado e das instituições públicas. Transformar o Estado é uma luta constante e, ao mesmo tempo, o grau em que ele é capturado pelas forças do capital reduz o espaço político para a transformação.

*“Nós somos a natureza.”*

Campanhas de defesa e ampliação de sistemas hídricos democráticos e participativos podem retardar, frear e reverter processos que visam facilitar a captura por empresas privadas. Essas campanhas oferecem oportunidades para vitórias progressistas e espaço para movimentos construir infraestrutura contra, dentro e além das instituições existentes de Estado, mercado e governança.<sup>36</sup> O direito humano à água é cada vez mais usado como uma estrutura comum para essas campanhas, embora também seja percebido e empregado de forma diferente dentro do movimento da água. de acordo com as várias histórias e geografias de luta.<sup>37</sup> Seja mencionado como parte da linguagem do público ou dos comuns, é geralmente entendido que o direito à água transcende um direito individual estreito. Em vez disso, como aponta o movimento da água na Colômbia, para citar apenas um exemplo, ele é visto como multidimensional, incluindo direitos individuais, coletivos e democráticos de autogestão.<sup>38</sup> Da mesma forma, o direito à água é integrado a lutas mais amplas por justiça hídrica, que atravessam a noção de "detentores de direitos" e "detentores de deveres" estabelecida na linguagem dos direitos humanos.

Como outras noções expansivas de direitos, incluindo os direitos bioculturais e indígenas, as concepções do direito humano à água, bem como suas potencialidades e limitações, são mediadas por conflitos com instituições legais e legislativas, e por entendimentos diversos sobre o que são a(s) relação(ões) entre os seres humanos e entre sociedade e natureza. Por exemplo, em vez da ideia antropocêntrica dos "direitos da natureza", predomina no movimento da água a noção socioecológica de natureza humana e não humana como partes co-dependentes de um todo maior. Embora fora do movimento sejam marginais, essas compreensões mais amplas de direitos trazem à tona tanto a transformação social, ecológica e econômica necessária para reverter a perpetuação da desigualdade na água e em outras áreas, quanto a agência daqueles que se engajam nessas lutas e a prática da gestão coletiva da água entendida como um conjunto de obrigações recíprocas ou mútuas e comuns.<sup>39</sup>

Essas lutas envolvem simultaneamente a teorização da transformação social e a geração coletiva de outros conhecimentos, incluindo críticas à governança corporativa e à economia política, bem como narrativas que desafiam concepções dominantes do setor público como lento e ineficiente e do setor privado como inerentemente mais eficiente, dinâmico e inovador. Esta é uma tarefa difícil, dada a nossa experiência diária nas sociedades capitalistas e a força das empresas privadas e do setor financeiro. Por fim, essas lutas e práticas também facilitam a formação de novas organizações, o fortalecimento das relações com outros movimentos setoriais e o crescimento das lideranças coletivas necessárias para o avanço das lutas pela água e para uma nova geração de defensores da água.

*“Água, trabajo, cuidados”.*

O trabalho é fundamental para a concretização do futuro justo da água. Nas sociedades capitalistas patriarcais, o fardo do trabalho para garantir o acesso à água e gerir os recursos hídricos recai de forma desigual e desproporcional sobre as mulheres. Já aumentando no contexto de crescente desigualdade, crises econômicas e climáticas, esse fardo explodiu durante a pandemia, à medida que mais cuidados eram necessários para lidar com os impactos na saúde da COVID-19, as respostas estatais à pandemia e seus muitos transbordamentos.<sup>40</sup>

De forma mais ampla, as mulheres têm estado na vanguarda da defesa da água como um bem comum, serviço público e direitos humanos, lutando contra sua mercantilização e privatização e respondendo aos impactos das mudanças climáticas.<sup>41</sup> São as mulheres que gerenciam a maioria dos sistemas e recursos hídricos comunitários em todo o mundo. Mesmo quando não estão diretamente envolvidas na gestão dos sistemas hídricos, a falta de acesso ou controle sobre o abastecimento e os recursos hídricos afeta profundamente as mulheres. Elas também são frequentemente as ativistas e organizadoras que responsabilizam fornecedores de água e saneamento, corporações extrativas e instituições públicas. No entanto, a participação das mulheres, como usuárias e trabalhadoras da água, não corresponde ao acesso ou controle suficientes sobre a tomada de decisões ou sobre os benefícios políticos, culturais e materiais de seu trabalho. Essa injustiça de gênero não está presente apenas nas sociedades em geral, mas também em nossas organizações e movimentos.<sup>42</sup> As relações das mulheres com a água devem ser reconhecidas e transformadas.

*“Tecendo feminismos e masculinidades alternativas.”*

Essa política de trabalho da água como trabalho de cuidado, nas escalas doméstica, comunitária, organizacional e ecossistêmica/territorial, pode superar as divisões entre público e privado e entre mercado, comunidade e Estado. Trata-se de uma base potencial sobre a qual as concepções da água como um bem essencial, em grande parte produzida pelo trabalho das mulheres, o que traz enormes benefícios nas nossas sociedades, podem ser difundidas. Reconhecer o trabalho com a água como trabalho de cuidado fornece uma janela através da qual a consciência crítica pode ser aumentada e novas infraestruturas de dissidência e alternativas podem ser transformadas e construídas.

O movimento global de justiça pela água está comprometido em implementar essa política transformadora em pelo menos três dimensões. Em primeiro lugar, a prática do movimento busca destacar o trabalho e a liderança das mulheres em todos os lugares.<sup>43</sup> Centrar o trabalho de gênero e cuidado nas lutas contra a mercantilização, privatização e financeirização da água, e se solidarizar com as mulheres defensoras, trabalhadoras e gestoras comunitárias da água, é uma política prática. Constrói pontes entre setores (água, alimentação, habitação etc.) e esferas: pública e privada, doméstica e comunitária. Essa estratégia de organização lança luz sobre o aumento da carga que a austeridade e a privatização colocam sobre as famílias e as comunidades, com maior impacto sobre as mulheres. Também destaca a agência e o trabalho das mulheres nas lutas contra essas injustiças e em favor de alternativas.

Em segundo lugar, há um processo em curso de enfrentamento da reprodução das desigualdades de gênero por meio das relações sociais heteropatriarcais capitalistas dentro dos próprios movimentos e organizações da água. Esse processo de reflexão e transformação organizacional está ocorrendo em múltiplos níveis dentro dos movimentos da água. Trata-se de criar espaços para ouvir, refletir e desaprender por meio do mapeamento das tensões, dinâmicas e práticas que sustentam relações desiguais de gênero, sejam elas divisões de trabalho com base em gênero, alianças ou relações que excluem as pessoas por causa de seu gênero, violência de gênero ou limitações à agência de corpos feminizados.

Finalmente, a estratégia e a tática do movimento são cada vez mais orientadas por uma crítica feminista à privatização e financeirização da água, que, por sua vez, é acompanhada por uma análise crítica mais ampla da economia política da água. Essas explorações não se limitam ao binário heteronormativo de gênero, mas buscam mapear as tensões nas organizações sociais a partir de uma perspectiva feminista que vê a opressão de gênero como mutuamente constituída por outras relações sociais nocivas, como a exploração racista, colonial e capitalista, juntamente com outras formas de opressão e dominação.<sup>44</sup> Por meio desse processo, o movimento busca transformar a forma como indivíduos, famílias e comunidades entendem os impactos da privatização da água, a fim de compartilhar o trabalho de resistência e construir alternativas, incluindo o trabalho do dia a dia e a organização para lutar e realizar uma relação diferente com a água para todas as pessoas.



## Epílogo: O futuro é a água

Em março de 2023, o movimento internacional de justiça da água coordenou uma campanha global em torno da Conferência da Água da ONU (oficialmente a Conferência de Revisão Abrangente de Médio Prazo da Década de Ação para Água e Saneamento 2018–2028), realizada em Nova York em 2023, a primeira conferência da ONU sobre água em 46 anos. O Fórum dos Povos pela Água (PWF) lançou uma chamada e campanha global antes da conferência, exortando os movimentos pela água em todo o mundo a participar e desafiar esse importante evento.<sup>45</sup>

O PWF participou de plenárias, diálogos temáticos e eventos especiais realizados em Nova York, e organizou vários eventos paralelos virtuais oficiais. O movimento também ajudou a redigir um Manifesto de Justiça da Água para amplificar as vozes dos defensores da água e das comunidades da linha de frente, e para exortar os presentes na conferência a abordar questões críticas para alcançar a justiça hídrica para todos.<sup>46</sup> O Manifesto inaugura um marco, uma vez que um amplo espectro de redes, muitas das quais relutantes em tomar posição firme contra a privatização, participou do processo e assinaram o documento.

Ao final da Conferência, com a assinatura de mais de 600.000 indivíduos e 500 organizações, o Manifesto foi lançado em Nova York e apresentado ao Relator Especial da ONU para os direitos humanos à água e ao saneamento, Pedro Arrojo Agudo, e para os direitos dos povos indígenas, José Francisco Calí Tzay, bem como para a diretora holandesa da Conferência, Nathalie Olijslager, tendo sido a Holanda um dos dois países anfitriões oficiais do encontro. Após esforços organizacionais persistentes e com o apoio dos Relatores Especiais e de alguns Estados Membros da ONU do Sul, o PWF garantiu um espaço no Segmento de Alto Nível na sala plenária da Assembleia Geral em 23 de março para apresentar esse documento histórico.<sup>47</sup>

Um dos objetivos centrais do Manifesto e dos esforços do movimento na Conferência foi desafiar tanto a exclusão dos defensores da água e das comunidades da linha de frente das sessões, quanto as formas cada vez mais dominantes de privatização e financeirização promovidas no encontro. A Conferência foi única porque foi organizada sob os auspícios da Assembleia Geral da ONU, e não por órgãos da ONU ou organizações adjacentes, que foram completamente capturadas por corporações privadas e pelo setor financeiro. Embora isso oferecesse alguma oportunidade para uma ação progressista, os últimos atores dominaram as consultas preparatórias para a Conferência, a documentação e o evento em si. Apropriando-se da linguagem da "justiça" e do "bem comum" para reciclar propostas fracassadas, como a governança de parcerias multiatores e parcerias público-privadas, aproveitaram o evento para defender uma maior participação do setor privado e financeiro nos sistemas hídricos. Enquanto isso, vozes progressistas, especialmente as do Sul, foram em grande parte excluídas das reuniões. No final, a Conferência não conseguiu gerar mecanismos institucionais e de obrigações adequados para proteger os ecossistemas aquáticos e limitar — e muito menos evitar — a motivação do lucro no setor.

*“A água é um bem comum, não é uma mercadoria, é um ecossistema.”*

O resultado pífio da Conferência da ONU ocorre em um momento em que a água está cada vez mais no centro das conversas sobre como enfrentar as crises climática, social e econômica do planeta. Como nosso colega, o relator especial da ONU Pedro Arrojo Agudo, apontou em sua mensagem no Dia da Água na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2022 (COP27), 90% dos desastres climáticos estão relacionados à água.<sup>48</sup> Isto, disse ele, deve ser um eixo chave em torno do qual devemos abordar a adaptação climática, com foco nas pessoas mais afetadas por desastres atuais e futuros, pois os impactos das mudanças climáticas já estão sendo sentidos em todo o mundo. De fato, a água é um recurso-chave para praticamente todos os setores da "economia", um insumo industrial e um meio de transporte de produtos e pessoas. Mas é especialmente vital para a produção de alimentos, saúde, cuidados, habitação e uma ampla gama de atividades necessárias para a vida humana e não humana.

A captura da governança e do financiamento da água por empresas privadas, que ocupou o centro das atenções na Conferência da ONU, refletiu-se nos esforços internacionais para enfrentar as mudanças climáticas. Esses interesses buscam subordinar as ecologias em toda parte à lógica do mercado, ostensivamente em prol do "desenvolvimento sustentável". Dizem-nos que o setor privado, especialmente o setor financeiro, é a única solução para as crises interligadas do clima e da água. Enquanto isso, apesar da persistente austeridade do setor público, os operadores públicos e comunitários continuam a gerenciar e fornecer água para a maioria das pessoas com acesso em todo o mundo. Ao contrário das concessionárias privadas, os sistemas públicos de água operam com eficiência social e não econômica e vêm demonstrando seu sucesso há muito tempo. Valorizar a água de forma mais ampla e não apenas em termos de mercado, e de forma a integrar outros setores (como clima, cuidados e alimentação), oferece a possibilidade de priorizar usos essenciais e de alto valor social. Isso pode ter enormes consequências positivas na vida humana e para o planeta, em contraste com sistemas que desviam a água para usos de alto valor financeiro, que degradam os recursos hídricos e excluem do seu acesso vastas porções da humanidade.

Os impactos atuais e futuros das crises hídrica e climática, e a natureza cada vez mais interconectada de sua governança e financiamento, representam um desafio e uma oportunidade para os movimentos da água e outros movimentos relacionados. Assim como a água flui por toda a vida, conectar seus defensores pode formar uma base para questionar as economias destrutivas e a arquitetura global de finanças, comércio e dívida que prejudicam o clima, a água e a realização de outras necessidades humanas essenciais. Assim, as transformações participativas e democráticas no setor de água têm o potencial de conectar lutas em nossas sociedades e contribuir para gerar a força necessária para impulsionar os grandes investimentos públicos requeridos para a transição de economias extrativistas e intensivas em emissões.

Em vez de facilitar a acumulação de capital, o investimento público em sistemas de água públicos e comunitários pode e deve estar no centro da transição para futuros socioecologicamente sustentáveis orientados para a prosperidade

de todos os tipos de vida. Ao construir relações sociais transformadoras que transcendem o "setor" da água, essas alternativas nos dão um vislumbre das possibilidades de organização de futuros regenerativos.

## NOSSAS DEMANDAS

---

*“Água para a vida, não para o lucro!”*

- Os serviços e recursos hídricos nunca devem ser mercantilizados, corporativizados, privatizados ou financeirizados..
- Acesso universal e garantido para todas as pessoas a água potável suficiente não só para a sobrevivência, mas para a prosperidade.
- Priorizar a reparação de injustiças e opressões históricas e contemporâneas, especialmente a opressão de gênero/sexo, pois o trabalho de acesso, gestão e defesa da água recai principalmente sobre as mulheres.
- Empregos dignos, salários e condições de trabalho para os trabalhadores da água.
- Ratificação das Declarações das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Camponeses.
- A restauração e/ou restituição territorial da relação entre produção de alimentos e água, o cuidado com a quantidade e qualidade da água e a defesa dos aquíferos e dos recursos hídricos territoriais.
- Gestão equitativa dos recursos hídricos; fornecimento e distribuição para consumo social e ecologicamente sustentável, em lugar de superprodução para lucro.
- Reconhecimento, respeito e apoio aos operadores comunitários de água.
- Governança participativa, transparente e democrática dos serviços e recursos hídricos públicos e comunitários, com ênfase no nível territorial local. Financiamento público socialmente sustentável e de longo prazo.
- Cancelamento da dívida e cessação dos Mecanismos de Solução de Controvérsias Investidor-Estado em acordos comerciais e de investimento e das condicionalidades sobre empréstimos, que afastam o controle democrático sobre a água e deixam Estados e comunidades reféns de contratos de privatização e trajetórias de desenvolvimento extrativista e explorador.

- Respeitar e ampliar o acordo vinculante de Escazú, 2011, que estabelece o direito de acesso à informação, participação pública e tomada de decisões em matéria ambiental na América Latina.
- Recursos legais para sistemas públicos de água para defender marcos regulatórios e legislação da influência de atores privados.
- O fim da captura de espaços globais de governança da água por empresas privadas e o reconhecimento do Fórum dos Povos pela Água.

Essa lista de demandas foi elaborada durante a conferência "Nosso Futuro é Público", realizada em Santiago, no Chile, em 2022.

Esta publicação é um esforço coletivo que reflete as lutas e pontos de vista de defensores da água, ativistas e organizadores em todo o mundo, incluindo: Acción para el Medioambiente y Desarrollo, Colombia; Africa Water Justice Network; Alianza Territorial Mapuche, Chile; Sindae Campinas, Brasil; Proyecto Planeta Azul; Corporate Accountability International; Corporate Accountability & Public Participation Africa; Corporación Ecológica y Cultural Penca de Sábila, Colombia; ENCANDILANDO, coletivo feminista, Chile; Movimento Europeu da Água; Federación de Trabajadores del Agua Potable y Alcantarillado del Perú; Forum Italiano dei Movimenti per l'Acqua; Ingeniería Sin Fronteras, Cataluña; Movimiento de Defensa por el acceso al Agua, la Tierra y la Protección del Medioambiente, Chile; Movimiento de Mujeres en Defensa de la Madre Tierra y el Territorio, México; Movimiento por el Agua y los Territorios, Chile; Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento, Brasil; Plataforma de Acuerdos Público Comunitarios de las Américas; Internacional de Servicios Públicos; Red Vigilancia Interamericana para la Defensa y Derecho al Agua e o Transnational Institute.

## Notas

1. “O termo 'financeirização', como fenômeno global que domina a economia como um todo, é utilizado neste relatório para se referir à gestão da água como um ativo financeiro cujo valor passa a ser gerido nos mercados futuros, de acordo com a lógica especulativa que domina esse tipo de mercado, tendo como principais atores os grandes bancos e investidores institucionais. O termo também é usado para expressar a crescente influência desses atores financeiros no desenvolvimento de infraestrutura para água, saneamento e serviços de higiene” *Relator Especial sobre o direito humano à água e saneamento. 2021. Riscos e Impactos da Mercantilização e Financeirização da Água nos Direitos Humanos à Água Potável e ao Saneamento, A/76/159, 16 de julho.*
2. O termo "mulheres" usado neste relatório refere-se a todas as pessoas que se identificam como mulheres. Questionamos "as ideias tradicionais sobre o que é uma mulher e quem ela é e pode ser, e as conexões das mulheres com um sistema patriarcal, onde as mulheres são, de fato, subordinadas aos homens ou são uma subcategoria dos homens". *Urgent Action Fund Africa. Strategic Compass: 2021-2030 Centering African Women: Feminist R/Evolution in Action.*; Yeni, S., F. Brandt and K. Benson. 2022. *Women + Water in Africa: An Overview of Water Justice Struggles.* Urgent Action Fund Africa.
3. O termo "recursos hídricos" utilizado neste relatório inclui concepções de territórios, ecologias ou ecossistemas de água, entendendo o ser humano como parte da natureza, e cada um produzido de forma relacional por meio de processos socionaturais.
4. Para obter mais informações em espanhol, consulte *Transnational Institute (2021). Public Futures. Global database of de-privatised public services.* (filtros: water, remunicipalisation y municipalisation).
5. Scheba, S. et al. 2021. *New Packaging, Same Deal: City of Cape Town's New Proposal to Replace Water Management Devices with the Drip System will further Water Apartheid.* Blue Planet Project.
6. Mousseau, F. 2022. *Drying out African Lands. Expansion of Large-Scale Agriculture Threatens Access to Water in Africa.* Oakland Institute.
7. Bigger, P. et al. 2022. *Financialization, Debt and Water in Africa.* Climate and Community Project, the McHard Center and the Blue Planet Project.
8. PSI. 2022. *Veolia and Suez: The New Face of the Water Giants.* Public Services International.
9. CAPP. 2022. *Our Water, Our Right.* Corporate Accountability and Public Participation Africa.
10. Gupta, N., and A. Ige. 2022. *Africa Must Rise and Resist Water Privatisation.* Corporate Accountability and Public Participation Africa.; Yeni, Brandt and Benson. 2022. *Women + Water in Africa.*
11. Benson, Koni, and Meera Karunanathan. 2022 "Counter Streams: Organizing the Dakar 2022 Alternative World Water Forum." *Transition 133: 147-173.*
12. Africa Water Justice Network. 2022. *Dakar Declaration - Formation of the Africa Water Justice Network;* AWJN 2022. *Twelve Years after the Recognition of the Human Right to Water by the UN, Countries Need to Make More Efforts to Widen Access.*
13. McDonald, D.A.; Marois, T. and Spronk, S. 2021. *Public banks + public water = SDG 6? Water Alternatives 14(1): 117-134.*
14. Hall, D. and E. Lobina. 2012. *Financing water and sanitation: public realities.* Public Services International Research Unit (PSIRU).
15. TNI. *Public Futures.*
16. Olivera, Marcela and Stefano Archidiacono. 2021. *Autogestión, reclaiming the right to self-management of water.* *Flows.*
17. Hall, D. and T.A. Nguyen, 2018. "Economic benefits of public services", *RWER, 84: 100-153.*
18. Hall, D. 2015. *Why public-private partnerships don't work: The many advantages of the public alternative.* PSIRU.
19. Hall, D., and E. Lobina. 2006. *Pipe Dreams. The failure of the private sector to invest in water services in developing countries.* PSIRU.; Hall and Nguyen. *Public Services.*
20. Estima-se que a lacuna de financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) tenha crescido de US\$ 2,5 trilhões para US\$ 4,2 trilhões por ano devido à pandemia de COVID-19. *OECD. 2020. Global Outlook on Financing for Sustainable Development 2021.* Paris: OECD.
21. Banco Mundial. 2017. *Reducing inequalities in water supply, sanitation, and hygiene in the era of the sustainable development goals: Synthesis report of the WASH poverty diagnostic initiative.* Washington, DC: World Bank.
22. OECD. 2022. *Financing a Water Secure Future. OECD Studies on Water.* Paris: OECD.



23. Táiwò, O. and P Bigger. 2022. *Debt Justice and Climate Reparations*. Climate and Community Project.
24. Os acordos de impacto-benefício supostamente fornecem benefícios às comunidades para equilibrar os impactos muitas vezes prejudiciais do desenvolvimento.
25. Oakland Institute. African Lands.
26. Banco Mundial. 2020. COVID-19 Crisis Response Approach Paper : Saving Lives, Scaling-up Impact and Getting Back on Track. Washington, D.C. : World Bank.
27. Oxfam, 2022. Behind the numbers: a dataset exploring key financing and fiscal policies in the IMF's COVID-19 loans.
28. McDonald, D.A., T. Marois and S. Spronk. 2021. *Public Water and Covid-19: Dark Clouds and Silver Linings*. MSP, TNI, CLACSO.
29. O slogan "Se escreve água. Lê-se democracia!", refere-se ao processo democrático de gestão público-comunitária da água. Portanto, quando as pessoas falam ou escrevem sobre água, estão se referindo a essa prática democrática.
30. Olivera and Archidiacono, *Autogestión*.; Plataforma de Acuerdos Público Comunitarios de Las Americas.
31. RED Nacional de Acueductos Comunitarios Colombia. 2022. Radicación Proyecto de Ley por la Gestión Comunitaria del Agua.
32. Nicolas-Artero, C., 2016. Las organizaciones comunitarias de agua potable rural en América Latina: un ejemplo de economía substantiva. Polis. Revista Latinoamericana, 15(1); Blue Planet Project. 2021. Dignity of the waters, a Blue Community in Chile.
33. Olivera and Archidiacono, *Autogestión*.
34. Fiasconaro, M. 2020. 'Knowledge creation and sharing through public-public partnership in the water sector' in S. Kishimoto, L. Steinfort, O. Petitjean eds. *The Future is Public: Towards Democratic Ownership of Public Services*, pp 191–200. Amsterdam: TNI; Márquez Valderrama, J., L. Mondragón Pérez and B. Salazar Restrepo. 2016. Public-Community Partnerships in Latin America: An alternative vision for improving the water sector. *Water Justice Toolkit*. BPP et al.
35. McDonald, D.A., and E. Swyngedouw. 2019. Special Issue: Remunicipalization: The Future of Water Services? *Water Alternatives*; TNI. *Public Futures*.; Kishimoto, S., E. Lobina and O. Petitjean eds. 2015. *Our Public Water Future: The global experience with remunicipalisation*. Amsterdam: TNI et al.
36. Gupta and Ige. *Resist Water Privatisation*.; Moore. M. 2018. *Wellsprings of Resistance: Struggles over water in Europe*. Brussels: Rosa Luxemburg Stiftung.; Spronk. S., C. Crespo and M. Olivera. 2012. 'Struggles for water justice in Latin America: Public and 'social-public' alternatives' in D.A. McDonald and G. Ruiters eds *Alternatives to Privatization: Public Options for Essential Services in the Global South*, pp.421–452.
37. Heller, L. 2022. *The Human Rights to Water and Sanitation*. Cambridge: Cambridge University Press.; Karunanathan, M. 2019. "Can the human right to water disrupt neoliberal water policies in the era of corporate policy-making?" *Geoforum* 98: 244–253.
38. RED Nacional de Acueductos Comunitarios Colombia. 2020. Los acueductos comunitarios y las tres dimensiones del derecho al agua. Propuesta desde la Ley Propia.
39. Olivera and Archidiacono, *Autogestión*.
40. Spronk, S. 2021. 'The Struggle for Water Justice is a Struggle for Gender and Racial Justice' *The Socialist Project: The Bulletin*. March 19.
41. Yeni, Brandt and Benson. *Womn + Water in Africa*.
42. Olivera and Archidiacono, *Autogestión*.
43. African Ecofeminist Collective. 2022. *Water struggles, anti-capitalist resistance to privatization and organizing politics in Africa, a People's History Poster Series*; Yeni, Brandt and Benson. *Womn + Water in Africa*.
44. Ibid.
45. PWF. 2022. *Call to action: UN 2023 Water Conference*. People's Water Forum.
46. PWF et al. 2023. Manifiesto por la Justicia Hídrica. Foro de los Pueblos por el Agua et al.
47. PWF et al. 2023. Presentamos el Manifiesto por la Justicia del Agua ante la Asamblea General de la ONU.
48. UN Special Rapporteur on the Human Rights to Drinking Water and Sanitation. 2022. *COP 27: a message from the Special Rapporteur*.

Este relatório tem como objetivo capturar a situação atual do movimento internacional de justiça pela água, a fim de fortalecer as lutas por sistemas de água públicos e comunitários. Isso ocorre em um momento em que as crises hídricas estão aumentando em muitas áreas, que já são uma crise global. O relatório se baseia em conversas ocorridas na conferência "Nosso Futuro é Público", realizada em Santiago, no Chile, em 2022, e faz parte da resposta crítica e das reflexões do movimento sobre a Conferência da Água da ONU de 2023.





DEFENDEMOS A ÁGUA PÚBLICA

PELA GESTÃO PÚBLICO-COMUNITÁRIA DA ÁGUA

ÁGUA PARA A VIDA, NÃO PARA OS LUCROS

SOMOS A NATUREZA

FIM DAS PRIVATIZAÇÕES